

Leia o texto abaixo para responder às questões de números **01** a **10**.

O parto e o tapete

RIO DE JANEIRO - Big nem era minha, era de um cunhado. Naquele tempo eu ainda não gostava de cachorros, pagando por isso um preço que até hoje me maltrata. Mas, como ia dizendo, Big não era minha, mas estava para ter ninhada, e meu cunhado viajara.

De repente, Big procurou um canto e entrou naquilo que os entendidos chamam de “trabalho de parto”. Alertado pela cozinheira, que entendia mais do assunto, telefonei para o veterinário que era amigo do cunhado. Não o encontrei. Tive de apelar para uma emergência, expliquei a situação, 15 minutos depois veio um veterinário. Examinou Big, achou tudo bem, pediu um tapete.

Providenciei um, que já estava desativado, tivera alguma nobreza, agora estava puído e desbotado. O veterinário deitou Big em cima, pediu uma cadeira e um café. Duas horas se passaram, Big teve nove filhotes e o veterinário me cobrou 90 mil cruzeiros, eram cruzeiros naquela época, e dez mil por filhote. Valiam mais – tive de admitir.

No dia seguinte, com a volta do cunhado, chamou-se o veterinário oficial. Quis informações sobre o colega que me atendera. Conteí que ele se limitara a pedir um tapete e pusei Big em cima. Depois pedira um café e uma cadeira, cobrando-me 90 mil cruzeiros pelo trabalho.

O veterinário limitou-se a comentar: “Ótimo! Você teve sorte, chamou um bom profissional!”. Como? A ciência que cuida do parto dos animais se limita a colocar um tapete em baixo?

“Exatamente. Se tivesse me encontrado, eu faria o mesmo e cobraria mais caro, moro longe”.

Nem sei por que estou contando isso. Acho que tem alguma coisa a ver com a sucessão presidencial. Muitas especulações, um parto complicado, que requer veterinários e curiosos. Todos darão palpites, todos se esbofarão para colocar o tapete providencial que receberá o candidato ungido, que nascerá por circunstâncias que ninguém domina.

E todos cobrarão caro.

(Carlos Heitor Cony, *Folha de S. Paulo*, 19-12-01)

01. A associação entre o episódio narrado e a sucessão presidencial apóia-se

- (A) no argumento de que dos dois nascerá algo de grande valia e importância.
- (B) na idéia de que, num e noutro caso, cumprem-se rituais que pouco interferem nos fatos, mas que têm alto preço.
- (C) no fato de que sempre se estendem tapetes aos líderes poderosos que estão por vir.
- (D) na suposição de que as emergências são iguais por mais diferentes que pareçam.
- (E) na constatação de que a sucessão requer o envolvimento de especialistas e muita precisão.

02. Observe as frases I e II, extraídas do texto.

I. “Big nem era minha, era de um cunhado.”

II. “Big não era minha, mas estava para ter ninhada, e meu cunhado viajara.”

É correto dizer que o narrador

- (A) em I, sugere estar desobrigado em relação ao animal; em II, faz ressalva a essa desobrigação.
- (B) em I, afirma ser estranho ao animal; em II, reitera sua indiferença em relação a este.
- (C) em I, exprime desprezo pelo animal; em II, manifesta um mínimo de consideração pelo destino deste.
- (D) em I, nega ter vínculos com o animal; em II, critica o cunhado que se ausentou, deixando Big aos cuidados de outrem.
- (E) em I, mostra-se longe de ter responsabilidade pelo animal; em II, invoca a responsabilidade do legítimo proprietário.

03. Ao afirmar “tive de admitir” (final do 3º parágrafo), o narrador dos fatos está indicando que

- (A) constatou a verdadeira importância do profissional que assistira Big, em seu trabalho de parto.
- (B) tomou consciência de que pagara mais do que valiam os filhotes de Big no mercado.
- (C) se curvou ao argumento empregado pelo veterinário para justificar o preço de seu serviço.
- (D) se estarreceu com o valor que um filhote pode atingir e com o preço que cobram os veterinários.
- (E) pagou pelos filhotes um preço justo, já que valiam mais do que dez mil cruzeiros.

04. Assinale a alternativa em que há correta equivalência entre as formas verbais simples e compostas no período.

- (A) eu faria o mesmo / tinha feito o mesmo.
- (B) meu cunhado viajara / haveria viajado.
- (C) eu ainda não gostava de cachorro / tinha gostado.
- (D) todos darão palpite / haveriam dado.
- (E) tivera alguma nobreza / tinha tido.

05. "Muitas especulações, um parto complicado, que requer veterinários e curiosos. Todos darão palpites (...)."

A versão adaptada deste trecho, que apresenta correta correlação dos tempos verbais, é:

- (A) É possível que haja muitas especulações, um parto complicado, que talvez requeira veterinários e curiosos. Talvez todos dêem palpites.
- (B) Quem sabe foram muitas especulações, um parto complicado, que já requeria veterinários e curiosos. Talvez todos têm dado palpites.
- (C) Pode ser que se fazem muitas especulações, um parto complicado, que requererá veterinários e curiosos. Todos vêm dando palpites.
- (D) Quem sabe ocorreram muitas especulações, um parto complicado, que talvez requeria veterinários e curiosos. Talvez todos tinham dado palpites.
- (E) É possível que fizeram muitas especulações, um parto complicado, que talvez vinha requerendo veterinários e curiosos. Todos vinham dando palpites.

06. "Se tivesse me encontrado, eu faria o mesmo e cobraria mais caro, moro longe."

O significado do período acima está corretamente expresso em:

- (A) Mesmo que tivesse me encontrado, eu faria o mesmo cobrando mais caro, portanto moro longe.
- (B) Caso tivesse me encontrado, eu faria o mesmo, mas cobraria mais caro, pois moro longe.
- (C) Embora tivesse me encontrado, eu faria o mesmo, porém cobraria mais caro; moro longe, pois.
- (D) Desde que tivesse me encontrado, eu faria o mesmo, pois cobraria mais caro, contanto que moro longe.
- (E) Salvo se tivesse me encontrado, eu faria o mesmo, porque cobraria mais caro, mesmo morando longe.

07. A palavra que expressa corretamente o significado de *ungido*, em ... "colocar o tapete presidencial que receberá o candidato ungido" ..., é

- (A) sacrificado.
- (B) usurpado.
- (C) surgido.
- (D) proposto.
- (E) sagrado.

08. Assinale a alternativa cuja frase apresenta concordância correta, obedecendo à regra empregada em

"Chamou-se o veterinário oficial."

- (A) Alugou-se imóveis novos.
- (B) Trataram-se de assuntos pouco usuais.
- (C) Indicaram-se as medidas cabíveis.
- (D) Presenciou-se cenas desagradáveis.
- (E) Precisam-se de balconistas com prática.

09. Assinale a alternativa cujas palavras são acentuadas segundo as regras que determinam a acentuação, respectivamente, de

emergência; puído; época.

- (A) Ciência; idéia; marítimo.
- (B) Circunstâncias; saúva; ninguém.
- (C) Espécie; raízes; até.
- (D) Veterinário; faísca; ótimo.
- (E) Antagônico; uísque; pára.

10. A frase que traz implícita a idéia de mudança de situação é:

- (A) Naquele tempo eu ainda não gostava de cachorros.
- (B) Nem sei por que estou contando isso.
- (C) Examinou Big, achou tudo bem, pediu um tapete.
- (D) Quis informações sobre o colega que me atendera.
- (E) Ótimo! Você teve sorte, chamou um bom profissional.

11. A frase que apresenta concordância nominal e verbal de acordo com a norma culta é:

- (A) Chamou-me a atenção as perguntas que tiveram respostas muito descomprometidas.
- (B) Fica o meu questionamento ético quanto aos profissionais que coloca sua habilidade a serviço de ideologias e candidatos qualquer.
- (C) Os outros todos conduzem o "povão" para o lugar que melhor lhes aprazem.
- (D) A dupla de repórteres foi ao Suriname, vizinho país do norte, alertada por denúncias de trabalho escravo.
- (E) Mais de um político se deu as mãos, pactuando compromissos políticos-sociais.

12. Assinale a alternativa em que a regência nominal e verbal está de acordo com a norma culta.

- (A) Gostei da reportagem “Mutreta futebol clube”, da qual retrata os trabalhos realizados pela CPI do Futebol.
- (B) Quero comentar sobre essa flexibilização das leis trabalhistas brasileiras, assunto que gosto muito.
- (C) Não procede a informação que exista processo no Supremo Tribunal Federal envolvendo a essa pessoa.
- (D) Chega uma fase de nossas vidas que a gente amadurece, começa tomar decisões e optar em planejar o futuro.
- (E) Os deputados, em cujos planos não está propriamente favorecer pobres e oprimidos, votaram leis em benefício próprio.

13. A forma de tratamento empregada está correta em:

- (A) Senhor Presidente da República: se Sua Excelência assim o desejar, convocaremos outra reunião.
- (B) Atendendo a despacho de S. Ex.^a, o Meritíssimo Juiz da 2^a Vara Cível desta Comarca, anexamos a certidão ao processo.
- (C) Propusemos a V. S.^a, o Governador, adiamento da audiência com membros do Sindicato.
- (D) De ordem de V. Em.^a, o novo Senhor Ministro, convidamos todos os funcionários para a solenidade de posse da diretoria do Conselho Nacional de Obras.
- (E) Senhor Chefe de Seção: encaminhamos à consideração de Vossa Excelência pedido para entrar em gozo de férias.

Nas questões de números 14 e 15, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das frases dadas.

14. Haverá bons resultados se as empresas _____ os cálculos, _____-se a renegociar a dívida e não _____ nas bolsas de valores.

- (A) refizerem; disporem; intervirem.
- (B) refazerem; dispuserem; intervierem.
- (C) refizerem; dispuserem; intervierem.
- (D) refazerem; disporem; intervirem.
- (E) refizerem; dispuserem; intervirem.

15. O pacote inicia uma reforma agrária _____ pressas. _____ partir de 18 de dezembro, deve-se provar _____ que governam o país que as terras são produtivas. Não há restrição ao registro de novas empresas, exceção feita _____ de capital estrangeiro.

- (A) as; A; aqueles; às
- (B) as; À; àqueles; as
- (C) às; À; àqueles; as
- (D) às; A; àqueles; às
- (E) às; À; aqueles; às

16. Os pronomes pessoais têm emprego de acordo com a língua padrão em:

- (A) Rompidos desde as últimas eleições, os velhos caciques esqueceram as diferenças, mandando elas às favas, e reataram a aliança.
- (B) Referindo-se a seu rival, a velha raposa da política afirma: “Não há acordo possível entre eu e ele”.
- (C) Quando ela tomar posse, aguardam-na dívidas incontáveis deixadas por seu antecessor.
- (D) Especula-se a origem de sua fortuna, falando-se em falcatruas que teriam feito ele enriquecer.
- (E) Deixem eu resolver essas diferenças entre os dois, levando-os a um bom acordo.

17. Hoje o doente fica tão perdido *que* tem gente que vai a três médicos *e* toma os remédios que os três receitaram. As conjunções grifadas no período acima estabelecem entre as orações, respectivamente, as idéias de

- (A) consequência e adição.
- (B) causa e restrição.
- (C) consequência e restrição.
- (D) modo e causa.
- (E) modo e adição.

18. Assinale a alternativa em que a pontuação atende aos princípios da norma culta.

- (A) Boa parte de seu crescimento, deve-se a sua estratégia de apoio, às micro, pequenas e médias empresas.
- (B) Assim como os colegas tentei esclarecer, em meus livros que: o terrorismo é fenômeno antigo, quase tão antigo, quanto a humanidade.
- (C) A França, com 73 milhões de turistas /ano e a Espanha, com 46 milhões são exemplos de países que investem e faturam, com o turismo.
- (D) Outra possibilidade é pedir uma segunda opinião – e pagar por isso – a especialistas inscritos numa lista com a finalidade de prestar serviços de consultoria.
- (E) Para muita gente, a época de Natal e Ano-Novo só provoca: tristeza – caso dos que vivem, debaixo de um viaduto.

19. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas.

- (A) Critica-se o novo gerente por dispende recursos de forma exagerada, sem ter compreensão do momento difícil por que passa a empresa.
- (B) Como houve rescisão do contrato, não está havendo expediente na concessionária de serviços terceirizados pelo estado.
- (C) A ascensão social buscada por todos depende de muito trabalho; se ocorre paralização das atividades, as chances de sucesso diminuem.
- (D) Gestos espontâneos como os dele não se vêem todos os dias, especialmente porque muitos costumam presentear para poder monopolizar as atenções.
- (E) Os progressos vistos através dos tempos indicam que a humanidade não cessa de pesquisar novos produtos, no percurso para atingir o bem-estar.

20. A colocação dos pronomes obedece às prescrições da língua culta escrita na alternativa:

- (A) Quem não lembra-se do que o grupo RPM significava na década de 80? Muitos embalaram-se ao som de suas melodias.
- (B) Me desculpem a franqueza, mas ninguém comportou-se bem durante o espetáculo.
- (C) Ainda fala-se em elevar o salário mínimo a mais de 200 reais, mesmo tendo mostrado-se impossível qualquer acordo nesse sentido.
- (D) Caso se preparassem para suas novas tarefas, todos sairiam-se bem, realizando-as com perfeição.
- (E) Dar-se-á ao pedido a solução que se mostrar mais justa, podem estar certos disso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro que satisfaça, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) ser relativa a imóveis situados no Brasil.
- (B) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) estar sujeita a recurso no País de origem.
- (D) haver sido proferida por juiz competente.
- (E) haver sido proferida à revelia, ainda que ilegalmente.

22. Em matéria de concurso de credores, está correta a seguinte afirmação:

- (A) A discussão entre os credores não pode versar sobre nulidade das dívidas e contratos.
- (B) A discussão entre os credores não pode versar sobre a simulação ou falsidade das dívidas e contratos.
- (C) Procede-se ao concurso de credores toda vez que o valor dos bens do devedor exceda as dívidas.
- (D) Não são títulos legais de preferência os privilégios.
- (E) Os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais.

23. Se for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum,

- (A) a incapacidade de uma das partes não pode ser invocada pela outra em proveito próprio.
- (B) a incapacidade de uma das partes pode ser invocada pela outra em proveito próprio.
- (C) as pessoas relativamente incapazes serão representadas pelos pais, tutores ou curadores.
- (D) as pessoas absolutamente incapazes serão assistidas pelos pais, tutores ou curadores.
- (E) nas declarações de vontade se atenderá mais o sentido literal da linguagem que à sua intenção.

24. Em ação de consignação em pagamento, indeferida a petição inicial por inépcia, da decisão cabe

- (A) apelação.
- (B) agravo de instrumento.
- (C) embargos infringentes
- (D) recurso ordinário.
- (E) agravo retido.

25. Se o Juiz Federal, no início do processo, depois de citado o réu, declarar a incompetência absoluta,

- (A) extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
- (B) remeterá os autos ao juízo competente e todos os atos praticados serão nulos.
- (C) remeterá os autos ao juízo competente e todos os atos praticados serão válidos.
- (D) remeterá os autos ao juízo competente e somente os atos decisórios serão nulos.
- (E) extinguirá o processo com julgamento do mérito.

26. Em matéria de embargos de terceiro, é correto afirmar que

- (A) os embargos de terceiro podem ser de terceiro senhor e possuidor, mas não será parte legítima ativa para os embargos de terceiro quem for apenas possuidor.
- (B) no processo de embargos de terceiro, o juiz poderá proferir julgamento de extinção do processo de execução.
- (C) o juiz não pode conceder medida liminar em embargos de terceiro.
- (D) os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo no processo de execução.
- (E) contra os embargos de terceiro do credor com garantia real, poderá o embargado alegar que o título é nulo ou não obriga a terceiro.

27. Estão sujeitas à requisição do pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente e ao pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito, as execuções contra a Fazenda Pública

- (A) por quantia certa, unicamente.
- (B) por quantia certa, para entrega de coisa certa ou incerta e das obrigações de fazer ou não fazer.
- (C) para entrega de coisa certa, unicamente.
- (D) para entrega de coisa incerta, unicamente.
- (E) das obrigações de fazer ou de não fazer, unicamente.

28. No processo civil, a alienação ou oneração de bens em fraude à execução é

- (A) nula.
- (B) ineficaz relativamente ao juízo da execução.
- (C) anulável.
- (D) válida, mas rescindível por ação incidental no processo de execução.
- (E) inexistente.

29. No processo civil, a citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, exceto:

- (A) quando o autor residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência.
- (B) nos processos cautelares.
- (C) quando for ré pessoa de direito público.
- (D) quando o autor não requerer a citação pelo correio.
- (E) quando for ré pessoa capaz.

30. No processo civil, incumbe ao oficial de justiça

- (A) comparecer às audiências, ou, não podendo fazê-lo, designar para substituí-lo escrevente juramentado, de preferência datilógrafo ou taquígrafo.
- (B) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- (C) redigir, em forma legal, os mandados e mais atos que pertencem ao seu ofício.
- (D) ter, sob sua guarda e responsabilidade, os autos, na fase de citação.
- (E) permitir que os autos saiam de cartório para diligências urgentes.

31. No processo civil, são admissíveis embargos do devedor independentemente de seguro o juízo,

- (A) na execução por quantia certa.
- (B) na execução fiscal contra comerciante individual.
- (C) na execução da obrigação de fazer.
- (D) na execução para entrega de coisa certa.
- (E) se o devedor não tiver bens penhoráveis.

32. Está excluído dos motivos de impedimento e de suspeição o

- (A) órgão do Ministério Público, quando não for parte.
- (B) serventuário da justiça.
- (C) assistente técnico.
- (D) intérprete.
- (E) perito.

33. Computar-se-á em dobro o prazo, quando a Fazenda Pública for parte, para

- (A) responder todos os recursos e contestar no procedimento sumário.
- (B) interpor qualquer recurso e contestar no procedimento ordinário.
- (C) reconvir e oferecer exceções no procedimento ordinário.
- (D) interpor agravo retido no procedimento sumário ou ordinário.
- (E) ajuizar ação rescisória e ação anulatória de sentença.

34. O inquérito policial

- (A) é indispensável para a propositura da ação penal.
- (B) interrompe o prazo para o oferecimento da queixa nos crimes de ação privada.
- (C) é passível de trancamento por meio de “*habeas corpus*” quando o fato investigado não for crime.
- (D) é sempre sigiloso, não podendo o advogado tomar conhecimento das provas colhidas.
- (E) não pode ser desarquivado diante de novos elementos probatórios, pois a decisão que determina o arquivamento faz coisa julgada.

35. Se o querelante, em processo por crime de ação penal privada, deixar de formular pedido de condenação nas alegações finais, o juiz deve

- (A) absolver o querelado.
- (B) considerar perempta a ação penal.
- (C) admitir a ocorrência de decadência em relação ao direito do querelante em prosseguir na ação penal.
- (D) admitir a ocorrência de perdão tácito em virtude da omissão do querelante.
- (E) admitir a ocorrência de renúncia tácita em virtude da omissão do querelante.

36. O decreto de prisão preventiva

- (A) não pode recair sobre acusado primário e de bons antecedentes.
- (B) é obrigatório no caso de réu citado por edital e que não constituiu advogado.
- (C) não precisa ser fundamentado.
- (D) é cabível, em determinadas situações, nos crimes apenados com detenção.
- (E) é cabível nos crimes culposos.

37. Segundo a doutrina, sentença absolutória imprópria é aquela em que o réu é

- (A) absolvido, mas o juiz aplica medida de segurança.
- (B) absolvido por insuficiência de provas quanto ao fato ou à autoria.
- (C) absolvido e, depois, o tribunal reforma a decisão para condená-lo.
- (D) condenado e, depois, é declarada a prescrição da pretensão punitiva em virtude da pena aplicada.
- (E) condenado, mas o juiz concede o perdão judicial.

38. O “*habeas corpus*” não

- (A) pode ser concedido de ofício.
- (B) comporta concessão de liminar.
- (C) é cabível para trancamento de ação penal.
- (D) é meio hábil para o reconhecimento de prescrição.
- (E) conta, no procedimento respectivo, com a intervenção do Ministério Público em primeira instância.

39. Os órgãos públicos mantêm relações funcionais entre si e com terceiros, das quais resultam efeitos jurídicos internos e externos, na forma legal ou regulamentar. Isto significa que os órgãos públicos

- (A) têm personalidade jurídica.
- (B) independentes ou autônomos têm capacidade processual.
- (C) não integram a estrutura do estado.
- (D) têm vontade própria.
- (E) extinguem-se com a vacância dos cargos ou a mudança de seus titulares.

40. A ação de responsabilidade civil contra o servidor que haja causado danos ao erário, mediante comportamento ilícito,

- (A) prescreve em cinco anos.
- (B) caduca em dois anos.
- (C) prescreve em três anos.
- (D) caduca em dez anos.
- (E) é imprescritível.

41. Diz-se que o ato administrativo que foi expedido em absoluta conformidade com as exigências do sistema normativo pertinente é

- (A) perfeito.
- (B) eficaz.
- (C) válido.
- (D) prodrômico.
- (E) atípico.

42. A pena aplicável no caso de reincidência em faltas punidas com advertência é a de

- (A) suspensão até noventa dias.
- (B) cassação de aposentadoria.
- (C) inabilitação do servidor por cinco anos.
- (D) multa.
- (E) destituição de função comissionada.

43. As questões ou assuntos que atendem direta e imediatamente com a economia interna da corporação legislativa, com seus privilégios e com a formação ideológica da lei são, por sua própria natureza, reservados à exclusiva apreciação e deliberação do Poder Legislativo, consubstanciando atos “*interna corporis*”. Em relação ao controle de tais atos pode-se afirmar que

- (A) se sujeitam a controle especial, pois o Judiciário pode confrontar sempre o ato praticado com as prescrições constitucionais, legais ou regimentais que estabelecem condições, forma ou rito para seu cometimento.
- (B) o Judiciário pode substituir a deliberação do Poder Legislativo pelo seu pronunciamento, mesmo que não aponte qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade no ato impugnado, apoiando-se na Constituição Federal.
- (C) em se tratando de atos “*interna corporis*” poderão esses atos lesar direito individual, sendo vedado ao Judiciário sobre eles manifestar-se.
- (D) numa eleição de Mesa da Câmara Federal, se o Plenário violar o regimento, tal violação não poderá sofrer correção pelo Poder Judiciário.
- (E) se o Poder Legislativo não satisfizer a pretensão da minoria dos cidadãos, o Judiciário poderá fazê-lo, desde que o pedido seja feito por meio de ação popular.

44. A Administração Pública retira autorização de porte de arma porque fora deferida a um menor de idade, hipótese essa vedada pela lei para deferir a autorização. Nesse caso, pode-se afirmar que a retirada do ato administrativo ocorreu por

- (A) revogação.
- (B) cassação.
- (C) caducidade.
- (D) invalidação.
- (E) renúncia.

45. A Constituição brasileira é

- (A) flexível, porque pode ser livremente modificada pelo legislador segundo o mesmo processo de elaboração das leis ordinárias.
- (B) histórica, porque resulta da lenta formação histórica, dos fatos sociopolíticos, que se cristalizam como normas fundamentais da organização do Estado.
- (C) democrática, porque a sua reforma depende sempre de plebiscito.
- (D) rígida, porque somente é alterável mediante processos, solenidades e exigências formais especiais, diferentes e mais difíceis que os de formação das leis ordinárias.
- (E) pluralista, porque reparte competências entre a União, Estados e Municípios.

46. Os nascidos no Brasil, de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, são

- (A) estrangeiros residentes no Brasil.
- (B) brasileiros natos.
- (C) estrangeiros com possibilidade de se naturalizar até os 18 anos.
- (D) brasileiros naturalizados.
- (E) da mesma nacionalidade de seus pais.

47. O alistamento eleitoral e o voto são

- (A) facultativos para os maiores de dezoito anos.
- (B) obrigatórios para os maiores de setenta anos.
- (C) facultativos para os alfabetizados.
- (D) obrigatórios para os maiores de dezoito anos.
- (E) facultativos para os menores de dezesseis anos.

48. Os Territórios Federais integram

- (A) a União.
- (B) os Estados.
- (C) os Municípios.
- (D) as Capitais dos Estados.
- (E) a Capital Federal.

49. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o

- (A) Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (B) Senado Federal, nas infrações penais comuns.
- (C) Congresso Nacional, nos crimes de responsabilidade.
- (D) Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns.
- (E) Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.

50. A Constituição Federal veda a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados, entre outros, os cargos

- (A) de Delegado da Polícia Federal.
- (B) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (C) eletivos.
- (D) de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) de Juiz Federal.

51. Compete à 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região processar e julgar, entre outros, os feitos relativos à matéria

- (A) penal e previdenciária.
- (B) de direito privado, como locação de imóveis, constituição, dissolução e liquidação de sociedades.
- (C) de desapropriações e de licitações.
- (D) constitucional, excetuadas as competências da 1ª Seção, e de tributos em geral.
- (E) de ensino superior e de registros públicos.

52. Somente será dada posse no Tribunal Regional Federal da 3ª Região ao Desembargador Federal que antes haja provado, entre outros elementos, ser brasileiro

- (A) nato e contar com mais de 30 e menos de 65 anos de idade.
- (B) e contar com mais de 35 e menos de 60 anos de idade.
- (C) e contar com mais de 30 e menos de 65 anos de idade.
- (D) nato e contar com mais de 35 e menos de 65 anos de idade.
- (E) ou português e contar com mais de 30 e menos de 65 anos de idade.

53. A convocação de Juiz Federal da Primeira instância para substituição de Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

- (A) é permitida, entre outros casos, no de vaga ou de afastamento de Desembargador Federal por prazo superior a trinta dias.
- (B) é permitida, entre outros casos, no de acúmulo de trabalho dos Desembargadores Federais que prejudique a administração da Justiça.
- (C) é permitida, entre outros casos, no de férias coletivas dos Desembargadores Federais.
- (D) é permitida, entre outros casos, no de morte do Presidente do Tribunal.
- (E) não é permitida.

54. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos recursos interpostos na instância inferior, não se admitirá juntada de documentos desde que recebidos os autos no Tribunal, salvo, entre outras exceções, quando

- (A) o recurso for interposto em mandado de segurança.
- (B) o recurso for interposto em “*habeas corpus*”.
- (C) o recurso for interposto em medida cautelar.
- (D) houver réu preso.
- (E) para a comprovação de textos legais ou de precedentes judiciais.

<p>55. Terão prioridade sobre todos os atos judiciais os processos de</p> <p>(A) mandado de segurança, mandado de injunção e de “<i>habeas data</i>”, exceto sobre os de “<i>habeas corpus</i>”.</p> <p>(B) mandado de segurança, revisão criminal e de “<i>habeas data</i>”, exceto sobre os de “<i>habeas corpus</i>”.</p> <p>(C) mandado de segurança, mandado de injunção e de ação rescisória, exceto sobre os de “<i>habeas corpus</i>”.</p> <p>(D) “<i>habeas corpus</i>”, “<i>habeas data</i>” e de revisão criminal.</p> <p>(E) “<i>habeas corpus</i>”, mandado de injunção e de revisão criminal.</p>	<p>59. Ressalvada exceção prevista regimentalmente, como regra haverá revisão em</p> <p>(A) embargos de declaração.</p> <p>(B) recurso interposto nas causas de procedimento sumário.</p> <p>(C) embargos infringentes em matéria cível e penal.</p> <p>(D) agravo retido.</p> <p>(E) agravo de instrumento.</p>
<p>56. Concedida medida liminar em mandado de segurança impetrado em primeira instância, o Tribunal Regional Federal pode conceder a suspensão da execução da medida, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, desde que a requerimento</p> <p>(A) de partido político ou da pessoa jurídica de direito público interessada.</p> <p>(B) do Ministério Público Federal ou da pessoa jurídica de direito público interessada.</p> <p>(C) de confederação nacional ou do Ministério Público Federal.</p> <p>(D) de associação de âmbito nacional ou de partido político.</p> <p>(E) de entidade de representação de classe ou do Ministério Público Federal.</p>	<p>60. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, as conclusões do Plenário, das Seções e das Turmas, em suas decisões, constarão de acórdão. Entretanto, estão dispensadas de acórdão as decisões proferidas por aqueles órgãos, entre outros casos, quando</p> <p>(A) determinarem a conversão do julgamento em diligência.</p> <p>(B) julgarem agravo de instrumento.</p> <p>(C) julgarem mandado de segurança.</p> <p>(D) julgarem “<i>habeas corpus</i>”.</p> <p>(E) tenham sido conduzidas por Desembargador Relator que esteja impossibilitado de lavrar o acórdão.</p>
<p>57. NÃO se encontra no âmbito da competência originária do Tribunal o julgamento de</p> <p>(A) ação rescisória.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) mandado de segurança contra ato de Juiz Federal.</p> <p>(D) agravo de instrumento.</p> <p>(E) conflito de competência.</p>	
<p>58. NÃO se encontra entre as competências do Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região</p> <p>(A) decidir sobre a admissibilidade de recursos especiais e extraordinários.</p> <p>(B) decidir os pedidos de extração de cartas de sentença.</p> <p>(C) convocar sessões extraordinárias das Seções.</p> <p>(D) assinar os ofícios executórios e comunicações referentes aos processos julgados pelas Seções.</p> <p>(E) assinar as cartas rogatórias.</p>	